



Dinamarqueses em Belém

A Comissão de Meio Ambiente e Planejamento do Parlamento Dinamarquês esteve em Belém, no último dia 04, para participar de reuniões preparatórias para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP15), que será realizada na capital dinamarquesa, Copenhague, em dezembro de 2009.

A comissão participou de uma reunião com a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex), ocasião em que o diretor-executivo da entidade, Justiniano Netto, fez um histórico da atividade florestal na Amazônia e apresentou as potencialidades do setor na região. “Buscamos mostrar avanços do setor florestal na Amazônia, como nossa experiência com manejo florestal, reflorestamento e tecnologia industrial. Somente com uma economia florestal forte é que conseguiremos conservar a Amazônia”, completou Netto.

A comissão assistiu, também, a uma apresentação dos principais desafios para a consolidação dessa economia florestal, como a estruturação dos órgãos ambientais, a eliminação da corrupção e ilegalidade



Diretor da Aimex, Justiniano Netto, e o presidente da Comissão de Meio Ambiente do parlamento dinamarquês, deputado Istîñ Guédê

e a implantação das concessões florestais.

Segundo o presidente da Comissão dinamarquesa, deputado Istîñ Guédê, a discussão sobre a temática precisa ser integrada. “É um compromisso detodos, países ricos e pobres, a discussão sobre a conservação das florestas, mudanças climáticas, enfim, sobre o futuro do nosso planeta. Somente assim, encontraremos soluções para os problemas ambientais atuais”, afirma o parlamentar.

Feliz Aniversário?

Com três anos completados em março, a Lei de Gestão de Florestas Públicas (nº 11.284) patina para sair do papel. A Lei culminou na criação do Sistema Florestal Brasileiro (SFB), órgão responsável por gerir as concessões florestais federais, que, até o momento, não ocorreram no Pará, maior Estado produtor de madeira da Amazônia. Havia a previsão de lançar o edital da Floresta Nacional de Saracá-Taquera em setembro do ano passado, mas os trabalhos foram interrompidos e já estão a mais de cinco meses atrasados.

O Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor) – órgão gerenciador das concessões em âmbito estadual – lançou, em 2008, o

Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), prevenindo a realização da primeira concessão estadual no conjunto de glebas (áreas) Mamuru-Arapions, mas os trabalhos também estão atrasados e o governo estadual tem se mostrado tímido na destinação de áreas para as concessões, prevenindo apenas 150 mil hectares dentro de uma área de mais de 1,3 milhão de hectares.

Diante desse quadro, fica patente a insensibilidade com a crise que assola a atividade madeireira do Estado do Pará e a falta de compromisso em verdadeiramente fazer deslanchar uma economia de base florestal na região. Para o setor florestal, não há muito o que comemorar no aniversário da Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Parabéns pra você

Mais um aniversário: está para completar um ano a publicação da instrução normativa (IN) SEMA nº 10, ocorrida no dia 16 de maio de 2008. O detalhe é que, até agora, ela não foi implantada. Consta na IN que, vista a necessidade de melhor utilizar a matéria-prima florestal, as sobras e aparas de madeira, tais como lascas e galhos, poderão ser transformadas em produtos beneficiados para a criação de tacos, cabos de ferramentas e etc. Segundo o Art. 2º, “as definições contidas nesta IN seriam incorporadas pelo Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará (Sisflora-PA), para fins de sua operacionalização, a partir de 30 (trinta) dias de sua publicação”, ou seja, deveria ter ocorrido em junho de 2008, mas... Já estamos em março de 2009 e nada! Até hoje, essas sobras de madeira que, por muitas vezes, são em grande quantidade, vão direto para o lixo porque o Sisflora não autoriza o beneficiamento. Um grande desperdício e prejuízo para o meio ambiente e para a economia paraense.

Seis por meia dúzia

Os projetos de reflorestamento e manejo florestal continuam sem previsão de liberação pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), mesmo após o secretário Valmir Ortega se comprometer em liberá-los em, no máximo, 20 dias (reflorestamento) e 40 dias (manejo), a contar do pedido de análise.

O problema é que, para os projetos protocolizados, são necessárias outras licenças, como a Licença Ambiental Rural (LAR), Licença de Operação (LO), o Cadastro Ambiental Rural (CAR), dentre outros. E estes a Sema não estabeleceu prazo para liberar.